

A Capela de S. Sebastião, em Braga

Eduardo Pires de Oliveira

Um dia, o acaso de uma pesquisa nos ficheiros da Biblioteca Pública de Braga colocou-nos perante uma obra de Silva Thadim, um dos mais conhecidos memorialistas bracarenses do século XVIII que, tanto quanto então calculávamos, deveria estar inédita. Era um caderno, de formato sensivelmente A4, onde estava lançado um texto intitulado *Memórias da Capela do Glorioso Mártir S. Sebastião das Carvalhas, protector das epidemias, instituição da sua confraria, e dos principais factos que nela sucederam*. Depois de algumas consultas, pudemos confirmar que estava ainda inédito.

Manuel José da Silva Thedim foi um bem conhecido causídico que chegou a exercer como advogado de número no tribunal da Mitra¹ e, também, um clérigo famoso pela paixão que nutriu pelo passado da história bracarense e pelas investigações que, como poucos do seu tempo, fez nos mais variados arquivos da cidade, públicos ou privados. Da sua lavra, são os bem conhecidos manuscritos *Diário bracarense...* e a *História Ecclesiástica e Política do Paiz Bracharense da Época do Século XVIII*. O primeiro encontra-se em mãos particulares e o segundo está à guarda da Biblioteca Nacional². Por essa razão não é de admirar que desta memória da Capela de S. Sebastião se tenha feito pelo menos mais uma cópia, já no século XIX, pela mão do historiador e comerciante Fernando Castiço – com alguns acréscimos de índole genealógica da lavra do Dr. José Machado – que hoje se guarda no Arquivo Distrital de Braga³. E que ainda em pleno século XVIII e inícios do seguinte o memorialista Inácio José Peixoto⁴

o tenha conhecido e em finais do séc. XIX Bernardino Sena Freitas o tenha aproveitado largamente na amálgama que são as suas *Memórias de Braga*⁵, bem como Albano Belino⁶.

Refira-se ainda que a cópia que ora estudamos saiu indiscutivelmente das mãos de Manuel José da Silva Thadim, que não está encadernada, não tem mais cadernos além daqueles que são ocupados pelo texto e, ainda, não apresenta uma escrita especialmente cuidada; deve dizer-se, contudo, que tal quase não seria preciso porque o Autor tem uma letra muito legível. Está escrita em 19 folhas, com as medidas de 31,2 x 21,9. Tem a cota Sala MM 92¹ P.

Pelo título do presente manuscrito, poder-se-á pensar que estamos perante uma história circunstanciada da capela. Mas não é essa a realidade. Não é que nos finais do século XVIII tal não pudesse ser feito. Se consultarmos os escritos de Inácio José Peixoto⁷, logo veremos que há outra organização, em que um certo rigor cronológico está presente e onde existe uma constante noção de globalidade.

O Padre Thadim, porém, apesar de dever estar melhor preparado que qualquer outra pessoa para escrever sobre a história da capela, deixou-se enredar na primeira metade do seu escrito pela personalidade do Dr. João Afonso de Beja, *ilustre por nascimento e muito mais por Letras* que, entre os muitos cargos que teve, não desmerece o facto de ter sido cônego da Sé bracarense na segunda metade do século XVI; está sepultado nesta capela de S. Sebastião.

Depois dá-nos a conhecer uma série de factos em que, compreensivelmente, sobrepõe os aspectos de índole religiosa aos de carácter artístico, com fartas referências à benemerência do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles que reformou inteiramente a capela, a alguns dos aspectos da festa da confraria, ao mítico rolo que se expõe junto à porta lateral existente no lado Norte⁸, rolo que deveria proteger os bracarenses contra os mais terríveis acontecimentos naturais e pestes que pudessem assolar a região e a algumas catástrofes mais. E bem pena foi que o Padre Thadim não tivesse o espírito extremamente arguto do desembargador Inácio José Peixoto pois então ter-nos-ia legado uma obra muito mais consequente e, quiçá, uma análise extremamente interessante do que se passava no interior de uma confraria bracarense.

Memória histórica deste documento

Não é muito vulgar encontrar-se informações muito antigas que se posam relacionar com um determinado documento. Neste caso, embora não sejam muito interessantes porque não fazem qualquer análise do seu conteúdo, encontramos as seguintes referências:

No dia 2 de Janeiro de 1787, o secretário da Confraria de S. Sebastião, escreveu na acta da reunião da Mesa que tivera lugar naquele dia

... por parte do nosso confrade o Rev. Dr. Manuel José da Silva Thadim foram entregues nesta mesa uns cadernos de papel com muitas notas escritas pela sua letra sobre a antiguidade desta confraria, sua fundação e princípio, com outras coisas mais que lhe dizem respeito e a esta capela, assim de que bem se saibam pelos presentes e futuros e ser a necessidade desta confraria na ocorrência de dúvidas ir fora dela indagar a sua realidade; cujos cadernos se mandaram guardar na secretaria até segunda resolução e novo acordo⁹.

Passado um ano e poucos dias, ficou em Mesa decidido mandar encadernar as memórias sobre a capela¹⁰.

Cinco meses mais tarde, no dia 17 de Maio, foi decidido de novo mandar encadernar o livro e acrescentar-lhe três mãos de papel para assim se poder continuar na sua escrita¹¹.

E termina por aqui a memória deste manuscrito que se pode encontrar na documentação da confraria.

Embora o manuscrito da Biblioteca Pública de Braga tenha, inquestionavelmente, saído das mãos de Silva Thadim, não é, portanto, o exemplar que pertenceu à confraria pois o exemplar que agora estudamos está brochado e o papel utilizado para a capa poderá ser dos finais do século XVIII ou inícios do seguinte. Uma hipótese que se poderá colocar é a de que, acaso, possa ser a cópia que o autor guardou para si próprio.

No arquivo da confraria e nos livros de actas das sessões não encontramos a menor pista para o volume encadernado. Refira-se ainda que, apesar das suas limitações, é o único estudo monográfico sobre um monumento ou confraria de Braga feito no século XVIII.

Alguns dados históricos e artísticos sobre a Capela de S. Sebastião das Carvalheiras

Não se pode dizer que até hoje a capela tenha estado arredada do interesse de todos quantos se dedicam ao estudo do passado artístico bracarense. Mas a verdade é que ainda não mereceu o estudo circunstanciado que merecia, seja pela sua antiguidade, pela importância mítica na história da cidade, ou pela qualidade da sua arquitectura e conjunto azulejar, dos mais interessantes de Braga.

Se é certo que ainda se não descobriu a data da sua fundação, é muito provável, porém, que tenha pertencido à Câmara a construção. Não deixa de ser interessante lembrar que é possível que esteja implantada sobre o forum da cidade romana, numa tentativa de sacralização daquele chão.

D. Diogo de Sousa não só lhe deu um novo pavimento de pedra, como a reformulou parcialmente:

*It. Mandou ladrilhar a capella e igreja de Sam Sebastião de cantaria e lisonja com seus degraus muito bem feitos e com fresta nova d'esquadria e vidraça. E asi fazer hum alpendre de novo de columnas ladrilhado de cantaria*¹².

A capela era então bem diferente da que hoje vemos. Na falta de uma boa descrição, teremos que nos circunscrever à imagem que nos deixou Georg Braun, no conhecido mapa de 1594: tinha então uma orientação canónica, formato rectangular – o que nos faz pressupor que a sua fundação seja bem mais antiga pois é de crer que se tivesse sido levantada por ordem de D. Diogo de Sousa não só estaria devidamente referida no elenco da sua actividade como, também, seria mais natural que tivesse uma planta centrada, a exemplo da capela de Santa Ana. Diga-se, porém, que a gravura que assinalamos pode não corresponder à imagem real da capela, embora seja certo que apresenta um alpendre, sem dúvida similar ao que lhe mandou fazer D. Diogo.

A leitura dos livros de actas das sessões da Mesa da Confraria relativas ao século XVII não nos fornece elementos concretos. Thedim diz-nos que a sua fundação remonta ao dia 1 de Maio de 1585, momento em que várias pessoas de

Braga decidiram estabelecer uma confraria dedicada a S. Sebastião, um santo extremamente popular porque era o protector das pestes, a maior calamidade daqueles anos. Foi tão grande o culto a este santo que em Braga houve pelo menos mais duas confrarias com esta invocação, uma na igreja paroquial de S. Vítor, outra na de Maximinos. Em praticamente todas as igrejas existiu um altar para o seu culto ou, no mínimo, uma imagem.

Em 1616 os confrades resolveram fazer novos estatutos¹³ que vieram a ser reformulados várias vezes mais: em 1732¹⁴, 1769¹⁵, 1826¹⁶.

Nos inícios do século XVIII a cidade de Braga deveria parecer um grande estaleiro. Um pouco por todo o lado estavam a avançar um sem fim de obras, seja em igrejas e capelas, seja em casas particulares. A verdade é que a cidade e a região não só estavam a atravessar um bom momento económico, como tinham à sua frente um homem profundamente irrequieto, apesar de ser de avançada idade, o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728).

Pelo que não é de estranhar que no ano de 1715 tivessem sido lançadas uma série de obras importantes, no domínio da pedraria, seja pela câmara, seja pelas mais variadas entidades:

- 31 de Janeiro: capela de S. Sebastião das Carvalheiras¹⁷;
- 21 de Fevereiro: coro alto do Convento dos Remédios¹⁸;
- 6 de Abril: Colégio de S. Paulo¹⁹; distratada em 24 de Julho²⁰;
- 3 de Julho: grandes frestas do corpo da Sé²¹;
- 5 de Julho: Arcada²²;
- 2 de Setembro: coro alto da Igreja dos Terceiros²³; distratada em 9 de Outubro²⁴.

Não são conhecidas as razões que levaram à remodelação integral da capela de S. Sebastião. Quanto à mudança da orientação, é fácil de compreender: a cidade estava organizada do lado nascente da capela, pelo que não fazia sentido que estivesse de costas viradas para o espaço urbano em que se inseria.

Seja como for, a câmara lavrou contrato em 31 de Janeiro de 1715 com o bem conhecido mestre de pedraria Manuel Fernandes da Silva para executar um projecto concebido pelo engenheiro militar de Viana do Castelo, Manuel Pinto

Vilalobos, os dois artistas que o arcebispo Moura Teles costumava utilizar na maior parte das obras que estavam na sua dependência directa ou em que tinha alguma influência. E aqui, segundo Thedim, foi D. Rodrigo que pagou a obra, onde despendeu a avultada quantia de 2.200\$000 réis. O contrato de carpintaria seria lavrado pelo Administrador da Fábrica da Sé, em 7 de Maio do ano seguinte, com o mestre carpinteiro João Gonçalves²⁵.

A primeira pedra só seria lançada no dia 26 de Outubro²⁶. As obras estenderam-se por dois anos, pois só foi benzida no dia 19 de Janeiro de 1717²⁷.

Ao contrário da primitiva construção, a nova capela tinha uma planta centrada, oitavada, com um pequeníssimo átrio interior e uma também muito pequena capela-mor, o que dava alguma animação à sua arquitectura. Era este, aliás, o tipo de planta então preferida na cidade de Braga, pois fora a que o arcebispo escolhera para a capela do seu Paço, a que viria a ser utilizada em Guadalupe e a que as freiras da Penha queriam utilizar na sua nova igreja, o que não lhes foi consentido pelo arcebispo²⁸. Curiosamente, viria a servir de modelo para as capelas que André Soares riscou na década de 1760 para o Bom Jesus e para as que um século mais tarde se levantaram naquele mesmo sacromonte defronte do templo.

Como seria de prever, a abertura foi muito solene e festiva. O texto que abaixo reproduzimos – e que está lançado no livro de Actas da confraria – mostra bem a forma entusiástica como foi recebida a nova capela.

Memorial e termo da Capela que o Ilmo. Senhor Arcebispo Primaz D. Rodrigo de Moura Teles mandou reedificar de novo em a Alameda das Carvalhas desta cidade ao glorioso Mártir de Cristo S. Sebastião, em agradecimento de singulares benefícios que dele recebeu em uma perigosa enfermidade, de que o livrou.

Estava a capela antiga do valoroso capitão da milícia de Cristo, o esclarecido Mártir S. Sebastião, ameaçando ruína e vendo o Ilmo. Senhor D. Rodrigo de Moura Teles, Arcebispo Primaz da Augusta, antiga, e sempre leal cidade de Braga o indevoto descuido com que o seu leal senado da Câmara se havia na reedificação de tal capela, a que somente por obrigação pertencia, se resolveu a fazer a obra (ou por lembrado do favor que o Senhor lhe havia feito, ou por não se mostrar esquecido do

agradecimento que lhe devia) com tal cuidado, que no ano de 1715, em que se contavam 16 de Novembro, se lançou em sua presença a primeira pedra fundamental, despendendo o mesmo arcebispo aos artífices que a assentavam com pródiga liberdade toda a espécie de dinheiro que ao tempo corria neste reino de Portugal (generosa demonstração do gosto que o acompanhava de ver os novos exórdios daquela fábrica que não só para imortal padrão de seu nome se principiava a erigir, mas para memória perdurável de sua devoção). Prosseguiu-se a obra por direcção de Manuel Fernandes, mestre perito de Architectura até que deu o esperado fim em 18 de Janeiro de 1717, em que o dito artífice recebeu da mão do mesmo príncipe 700\$000 réis que importou a pedraria. Adornaram-lhe logo os interiores com três entalhados retábulos que nos sítios para eles destinados se collocaram, o maior com superioridade aos colaterais.

Aos 19 de Janeiro do mesmo ano, de manhã, antes que o sol avistasse o hemisfério bracarense, se levantou o devoto prelado e foi benzer a nova capela em que logo celebrou a primeira missa e benzeu alguns paramentos novos; como foram duas casulas, uma de damasco branco, outra de vermelho, com corporais, bolsas, véus e sanguinhos que se pagaram da renda da confraria, como também dois panos novos, com que adornaram os púlpitos correspondentes nas cores às duas vestimentas. Repararam-se os paramentos antigos para o uso da capela e in continentis se fez uma solene procissão, em que conduziram ao glorioso Mártir da paroquial igreja do Apóstolo das Hespanhas S. Tiago ao seu reedificado templo. Ia a procissão composta com várias e festivas danças, entre as quais mediavam cinco charolas (sic) adereçadas com ricos enfeites: em uma ia triunfante a Rainha dos Anjos, a S.^a do Bom Despacho, em outro o invicto Mártir de Huesca, S. Lourenço; nas duas seguintes a imagem do milagroso S. Brás e o Bem-aventurado S. Rodrigo; na última, o inflexível, o incontrastável Mártir S. Sebastião depósito das setas do Amor Divino agora, em outro tempo animada aljava do cirano ódio. Seguia-se o pálio e debaixo dele levava o Arcebispo Primaz em as mãos a imagem pequena do mesmo santo assistida com a comitiva das Dignidades e Reverendos Cónegos da sua Sé. Restituído pois o glorioso Mártir ao seu antigo, e novo domicílio, principiou Sua Ilma. o "Deus adjutorium meum intende" correspondendo o Cabido "Dare adjuvandum me festina" em que assistiu até se findar a solenidade da véspera da festa

principal em que domingo, passada a noite, que se equivocou com o dia com as luzes das luminárias, saiu logo no dia seguinte da sua catedral vestido de Pontifical, a que acompanharam as dignidades e Cônegos até à capela do Mártir Senhor; que já exposto este em trono de resplendores se deixava ver de seus olhos oculto debaixo de nevados accidentes e lhe celebrou em Pontifical. Pregou um filho da Graça para que em (?) a tivesse a festa. Passou-se a manhã e continuou-se a tarde concorrendo o povo a adorar o Rei da glória e participar da suave harmonia dos suavísimos e bem afinados orfeus da sua capela com que posto termo ao dia votou ao santo Mártir com devoto zelo o Senhor Arcebispo ser juiz da sua confraria enquanto Deus por sua intercessão lhe conservasse a vida para mais lhe significar o gosto de a servir. Com que estando juntos em mesa [o] juiz e mais oficiais do santo em 23 de Janeiro do sobredito ano mandaram que o reverendo Padre Alexandre Cerqueira Murta, que então servia de escrivão assenta-se nos livros da confraria todo este termo para memória de tudo o sucedido, desde a reedificação da capela até à última cláusula da festa do invicto Mártir para glória dos irmãos presente e admiração dos futuros a qual assinaram todos abaixo na sacristia da mesma capela aos 25 de Janeiro de 1717...²⁹.

E que mais a confraria poderia desejar do que uma capela inteiramente nova, com três retábulos também acabados de fazer e totalmente revestida com azulejo feito à sua medida sem ter gasto nenhum dinheiro em todas estas custosas obras? A suas expensas, ficou só a compra de alguns *ornamentos*, isto é, os diversos paramentos e outros têxteis necessários para os ofícios sagrados e que agora deveriam ser também totalmente novos³⁰; pelo que conhecemos da personalidade do arcebispo, não nos custa a acreditar que tivesse sido uma sugestão sua³¹.

Hoje, poderemos lamentar que a capela tenha sido desvirtuada em vários aspectos:

- os três retábulos foram sido substituídos um século mais tarde, nos anos de 1831-1833³², por outros bem mais frustres.
- a entrada e saída de várias confrarias levou a que a invocação dos altares e, conseqüentemente, os santos neles colocados não sejam os mesmos que estavam no século XVIII. Mas o mais grave, porém, é a falta de uma imagem de S. Rodrigo, afinal o santo da invocação do maior protector da

capela, e que chegou a ter direito ao seu próprio altar³³, onde também se encontrava uma imagem de S. Sebastião³⁴.

- por volta de 1770 resolveu-se aprofundar muito mais o espaço da capela-mor, o que não se enquadra bem no conjunto arquitectónico porque lhe dá uma maior extensão e contraria a ideia original da igreja de planta centrada, um espaço muito mais tenso e contido.
- a cobertura não deverá ser, do ponto de vista de materiais, igual à que foi construída em 1715-1717, pois em 1746-1747 foi levantado um novo *zimbório*, feito de tijolo, obra feita a expensas da câmara e sob orientação do mestre Diogo Soares³⁵; esta cobertura viria a receber outras intervenções de certa monta nos anos de 1813-1814³⁶ e nos finais do séc. XIX.
- a torre que agora se vê não tem nada a ver com a original sineira, que era de madeira. Não nos devemos admirar que a torre anterior fosse feita em material perecível porque, apesar da grande importância simbólica dos sinos, eram imensas as igrejas que não tinham torre. Foi só a partir dos inícios da segunda metade do século XVIII que passaram a ser construídas num sem fim de templos³⁷. Iniciada em 1793³⁸, só viria a ser concluída em 1805 pelo mestre pedreiro Domingos Francisco, por 265\$000 réis, grimpada incluída³⁹.

Como é natural, foram realizadas muitas outras obras de menor expressão. Entre elas, lembremos a construção de um oratório envidraçado para albergar a imagem do santo que está na frontaria (1788), bem à maneira bracarense⁴⁰, e a colocação de uma forte grade de ferro que protegia a porta principal (1754)⁴¹.

Nos finais do século XIX, em 1889-1891, a capela deveria estar a necessitar de uma grande campanha de obras. Os trabalhos que se seguiram podem ser considerados os de maior monta a seguir à empresa da reconstrução. A exemplo do que aconteceu em todos os outros templos bracarense que também estavam a necessitar de restauro, a Mesa da confraria pediu ao governo autorização para levantar dos seus fundos a quantia de 550\$000 réis, a amortizar em doze anos. Fizeram-se então os seguintes trabalhos:

- Restauro de toda a talha. Mandou-se fazer um sanefão e sanefas totalmente novos;
- Pintura e douramento da talha;
- Pintura e conserto das imagens;

- Estucamento e pintura do tecto;
- Pedraria lavada e cimentada, preenchendo-se dois pedaços junto ao altar-mor com pintura a imitar azulejo, de modo a não destoar do existente;
- Reparos nos cortinados, dossel e paramentos e compra de reposteiros;
- Compra de 20 pares de jarras de porcelana;
- Cobertura de parte da fachada com azulejo;
- Plantação de árvores em frente à capela em substituição dos plátanos existentes;
- Reconstrução e gradeamento do adro;
- Aumento de um degrau do pátio de entrada por causa das obras que a Câmara Municipal estava a fazer no largo em frente;
- Colocação de uma grade a fechar o acesso ao adro.

As obras terminariam no início de 1891, sendo a capela reaberta durante a festa do seu santo padroeiro (19 e 20 Janeiro). Foram então descerrados os retratos dos dois maiores benfeitores da confraria: D. Rodrigo de Moura Teles e o comendador Domingos José Ferreira Braga, que então exercia o cargo de juiz⁴².

No exterior da capela existiu durante muitos anos um oratório mandado fazer pelos devotos de uma imagem do Senhor da Boavista. Este oratório foi inteiramente reformulado em Maio de 1889⁴³.

Ao longo dos anos a Confraria de S. Sebastião fez várias uniões com outras confrarias bracarenses:

- Confraria de N.ª S.ª do Bom Despacho (1737)⁴⁴ e (1795)⁴⁵;
- Confraria de N.ª S.ª da Ajuda⁴⁶ (1826);
- Confraria de Santo Elói⁴⁷ (1790-1798).
- Não se chegou a concretizar uma união com a Confraria de N.ª S.ª do Ó e S. Miguel o Anjo⁴⁸ (1754).

Como já atrás referimos, a entrada ou saída destas confrarias motivou alterações muito significativas na dedicação e colocação das imagens nos altares.



Memórias

da

Capella de S. Sebastião Martyr e Sebastião dos Car-
vallas, Presbitero dos Espirituaes, Instructoem
da sua Embaria, e dos principaes fac-
tos, que nella tem succ-
edido.

de de de

Exemplos, e celebradaes Chronologicamente
por se deoito.

Marcil Dize de S. Sebastião.

Presbitero secular, e delegado no Archidia-
do da Cidade de Braga, e actual da
mesma Cidade Primaz
deoito do mesmo
Sexto.

Braga

Anno de 1786.

Memórias da Capela e Confraria do Glorioso Mártir S. Sebastião

Sendo secretário da Confraria do Invicto Mártir S. Sebastião, vulgarmente chamado das Carvalhas, se me avivou o desejo de investigar o princípio da fundação antiga da sua Ermida e de saber quem jazia sepultado em uma Campa colocada junto à porta principal da Capela. E sendo costume de todas as Corporações expressarem estas antiguidades nas Leis fundamentais de seus Estatutos, ou em os Livros dos seus títulos. Neles não achei uma só palavra a este respeito. Dos mais livros do Cartório não colhi o fruto do meu ardente desejo.

Com tudo de livros e papéis desentranhei estas Memórias para que os Administradores das Mesas com menos trabalho e fadiga se possam fecundar das notícias precisas para que armados com este socorro responderem com prontidão às perguntas que se lhe fizerem, que é o que em seu tempo desejava Cícero: Oportet igitur nos esse armatos, ut occurrere possimus interrogationibus eorum. 4. Academ. Se algum Devoto do Glorioso Santo for achando mais particularidades as vá escrevendo e eu o terei em grande estima.

A antiga ermida de S. Sebastião, situada no frondoso Arvoredo e aprazível alameda desta Augusta Cidade, foi edificada pelo Senado da Câmara Secular. Este é o Constante Monumento e a sucessiva tradição de todos os moradores de Braga; e sempre esta antiga ermida foi reparada de todo o necessário pelos Regedores do Senado da Câmara. Consta do livro de despesas do mesmo Senado, copiadas por certidão no livro desta Confraria, marcado com o n.º 28 Liv. 2, onde estão encadernados vários papéis escritos no mesmo Livro a fol. 4 e seguintes e se faz evidente pelos Estatutos do ano de 1730 no Cap. 1 e pelo termo de 26 de Setembro de 1701, a fol. 6, n.º 9.

O motivo porque se fundou esta Ermida foi para eterna Memória e agradecimento de esta Cidade se ver livre do ar corrupto, que fazendo efeito de fogo, deixou o Reino de todo assolado. Conhecendo os Regedores do Senado da Câmara que este grande benefício era dispensado pelo Invicto Mártir S. Sebastião, Tutelar contra tão horrendo flagelo, lhe mandou edificar a sua antiga Ermida no Monte, junto e fora dos muros da Cidade, aquele Heróico Atleta, em cujas pedras eternamente se gravasse a sua gratificação.

O tempo da fundação desta antiga Ermida é incerto. Escritura que se possa achar não aparece nos Livros da Confraria. Assim é preciso buscarmos-lo por lances de conjecturas. Por muitas, e muito repetidas vezes tem sido Portugal ferido de peste. A maior de todas foi a que chamaram a Mortandade grande no ano de mil trezentos e quarenta e oito, em que governava este Reino El Rei D. Afonso IV, chamado por excelência o Bravo, em que os nossos Escritores afirmam que morreram de dez partes dos viventes as nove. Nos Reinados de D. João I, D. Duarte e D. João II foi Portugal ferido com peste.

Governando este Reino o Venturoso Rei D. Manuel se ateou em Lisboa uma furiosa peste em a qual morreu povo sem número como testifica o Ilustríssimo D. Rodrigo da Cunha na 2.^a p. da sua História. Eclesiástica, Cap. 69, in fin. e Damião de Góis na Crónica de El Rei D. Manuel I, p. Cap. fol. mihi 128.

Eu conjecturo que na peste do ano de mil quinhentos e cinco, do Reinado de D. Manuel e na entrada pública do Arcebispo D. Diogo de Sousa o Senado da Câmara, por parte da Nobreza e o Reverendo Cabido, em nome do Grémio Eclesiástico, e pela parte do povo, o Procurador do Senado votariam de edificarem a S. Sebastião a sua primeira Ermida.

O que sei com certeza é que no Pontificado do Exmo. Arcebispo D. Diogo de Sousa já estava feita a Ermida de S. Sebastião pois em um Livro de meia folha de papel, encadernado em pasta, que tem por título = Livro sumário em que estão postos todos os benefícios do Arcediagado de Braga e da administração de Valença do mesmo Arcebispado e de cuja apresentação são = Este livro existe no Cartório da Mitra e ouvi dizer ao seu Procurador Geral o havia de meter no Arquivo da Sé. Nele, a fol. 333 verso se lê o seguinte = Mandou ladrilhar a Capela da Igreja de S. Sebastião de cantaria e lisonja, com seus degraus muito bem feitos e com fresta nova de esquadria e vidraça e assim fazer um alpendre de novo de colunas, ladrilhado de cantaria.

Este Arcebispo faleceu no ano de mil quinhentos e trinta e dois e deste ano vi uns papéis de prazo, chamado de S. Sebastião, foreiro ao Reverendo Cabido, cujo prazo era pertencente a Damião Pereira e hoje possui este prazo D. Isabel Matilde de Abreu Cardoso Calvos de Magalhães, Senhora da Casa de Regalados e juíza perpétua da Confraria.

Nesta antiga Ermida e Capela moderna existe a pedra de uma Campa de Sepultura em que jaz enterrado o Dr. João Afonso de Beja; e ainda que a pedra desta Campa fosse de natureza de bronze⁵⁰ não perpetuaria tanto a sua memória como a terá viva a nossa Lembrança pela sua grande Literatura pela qual se faz credor dos maiores elogios, como vou a manifestar sem demora.

Governando este vasto Arcebispado os Exmos. Srs. Arcebispos D. Manuel de Sousa, D. Baltazar Limpo e D. Fr. Bartolomeu dos Mártires e D. João Afonso de Menezes, isto é, desde os anos de 1546, pouco mais ou menos, até o ano de 1585 floresceu nesta Cidade o Dr. João Afonso de Beja, natural da Cidade do seu apelido e Cónego desta Catedral de Braga. Muitos autores de bom critério apararam as penas nos Louvores deste grande e respeitável Varão, bem conhecido na República Literária pelas multiplicadas produções do seu singular juízo. Da sua vida e das fadigas Literárias de Jurisprudência com que nas Cadeiras da Universidade deu a conhecer o fundo sem fundo de seu talento, trata o Douto Académico Diogo Barbosa Machado, Abade de Sever, no 2.º tomo da Biblioteca Lusitana, fol. 578. O mesmo autor, nas Memórias de El Rei D. Sebastião, no tomo 1, livro 2, n.º 84, se explica na maneira seguinte:

Era neste tempo célebre a fama do Dr. João Afonso de Beja, ilustre por nascimento e muito mais por Letras, pelas quais mereceu ser Lente de Véspera de Cânones quando a Universidade estava em Torres Vedras, antes de se transferir para Coimbra e ser Desembargador da Casa da Suplicação: foi irmão de Fr. António de Pádua, Religioso Franciscano, quando assistiu no Concílio Tridentino como Teólogo de El Rei D. João III. Governou o Bispado do Algarve na Vacância do Bispo D. Fernando Coutinho, que foi Regedor das Justiças; e depois o Arcebispado de Braga pelo Arcebispo D. Manuel de Sousa, Irmão do Conde de Prado, onde foi Cónego e serviu muito com a grande ciência dos Sagrados Cânones no Concílio Provincial celebrado na mesma Cidade em 1566 pelo Venerável Arcebispo D. Fr. Bartolomeu dos Mártires. Sendo estes lugares pequeno prémio ao seu merecimento, foi Capelão Fidalgo de El Rei D. João III, Deão do Algarve, Arcediago e Cónego Doutrinal em Lagos e depois Prior de Macedo, Abade de S. Pedro de Gândara e S. Bartolomeu de Campelo.

O Grande Doutor Caldas Pereira no tomo 5 ad leg si curatorem, 7 Contratum fecisti n.º 32, fólio mihi 156 lhe faz um grande elogio. O Exmo. José de Seabra

na sua grande obra que pode servir de base aos Anais do Reino, tom. 1, p. 1, Divis 4, n.º 73, da sua Dedução Cronológica o elogiou com palavras = de Religiosíssimo, Doutíssimo, honradíssimo e Venerável Eclesiástico. =

No tomo 4. da Crónica de S. Francisco da Provincia de Portugal composta por Fr. Fernando da Soledade se diz nela n.º 1180, a fol. 702, tratando da fundação de Guimarães, do Convento de S. Clara, que fora Executor de Bulas Apostólicas, Arceediago de Lagos, Desembargador e Capelão de el-rei.

Fez o Cónego João Afonso muitos serviços ao Cabido de Braga que alegou em uma petição que ele trabalhara muito sobre a Igreja de Vilarinho da Castanheira e sobre os Quindénios e sobre a jurisdição, Visitação e Correição desta Cidade e das outras terras da sua Visitação e sobre os requerimentos das causa do Concílio Geral tridentino e Provincial Bracarense; e atendendo o Reverendo Cabido ao muito que o seu Colega, o Dr. João Afonso da Gama tinha feito lhe concedeu em fatuzim perpétuo as casas que ele houve de Jordão Rodrigues, do Prazo do Castelo Meão, do Campo de S. Sebastião e consta do Tabelião Miguel de Azevedo.

Sendo vivo mandou lavrar uma grande campa de pedra com seu Epitáfio Latino escrito em Letras Romanas e a colocou no Presbitério do altar-mor da ermida antiga de S. Sebastião. Hoje está situada na entrada da porta principal porque como esta antiga ermida tinha a capela-mor para o Nascente e a frontaria e porta principal para o Poente veio a ficar a Sepultura no mesmo lugar em que estava com a factura da nova Capela.

As Letras do Epitáfio da Campa estão muito gastas e para de todo se não apagarem da lembrança dos homens escrevemos neste lugar tanto na Letra Romana, como na Ordinária e nesta é que se contém no parágrafo seguinte.

Christo Optimo Maximo, Laus, et gloria. A divis Patronis meis Blasio, Lucia, et Antonio auxilium sperat anima mea. Joannes Afonci postquam vixerat annos 64 tibi ipsi posuit. Valet.

Em português quer dizer: A Cristo Ótimo Máximo seja dado todo o louvor e glória. A minha alma espera auxílio por intercessão dos Santos meus Patronos S. Brás, S. Luzia, S. António. João Afonso tendo de idade 64 anos pôs para isso esta sepultura. Tende saúde.

Eram aqueles séculos antigos faltos de curiosidade em escreverem as notícias dos seus Maiores. Se os nossos primeiros fundadores desta Corporação escrevessem estas Memórias não teria eu tanto trabalho. Nos livros desta sociedade não há notícia desta sepultura, nem Documento, ou Contrato, por onde o Doutor João Afonso mandasse colocar este sepulcro na ermida antiga. Igualmente não há certeza do tempo em que a pedra da Campa foi posta na Ermida. Mas como as verdades matemáticas contém uma infalibilidade e palpável evidência que não admite contradição em contrário, fundado nelas digo que a Campa foi lavrada no ano de mil quinhentos e setenta e quatro.

A demonstração desta proposição por si mesmo é evidente e se funda na epígrafe do epitáfio. Adiante se há de dizer que o Doutor João Afonso falecera em o ano de 1585 quando

XPO OPTIMO MAXIMO
LAVS ET GLORIA
A DIVIS PATRONIS MEIS
BLASIO LUCIA ET ANTONIO
AUXLIUM SPERAT ANIMA
MEA
IOANNES ALFONCI POSTQ
VIXERAT. ANNOS. LXIII
SIBI IPSI POSUIT
VALETE

quando contava 75 anos de idade e do epitáfio se disse que tendo 64 anos pusera a sepultura ibi = Postquam vixerat annos 64. = Por dois princípios fica evidente o seguinte cômputo Aritmético. Faleceu de 75 anos, tinha de idade quando pôs a sepultura 64: diminuindo esta conta ficam onze anos. Morreu ele no ano de 1585, descontando 11 anos fica a sepultura posta no ano de 1574. Para melhor se vir no conhecimento desta verdade.

<i>Tinha de idade quando faleceu</i>	<i>75</i>
<i>Quando pôs a sepultura tinha de idade</i>	<i>64</i>
<i>Diminuindo ficam</i>	<i>11</i>

<i>Morreu no ano de 1585</i>	1585
<i>descontando anos</i>	11
<i>fica a sepultura posta em</i>	1574

Aos 6 de Junho de 1576 mandou passar El Rei Sebastião uma Carta de Mercê ao Dr. João Afonso, Cónego de Braga, para poder comprar até quatro mil réis de foros para ordenar certos Aniversários na Capela de S. Sebastião onde tinha sua sepultura; e por virtude da dita Provisão comprou mil réis de foro anuo impostos na Bouça de Santa Cruz, sita na freguesia de S. Eulália de Tenões, termo de Braga, por vinte mil réis, por Escritura feita na Nota Geral de Braga aos 26 de Março de 1580, o qual deu ao Reverendo Gonçalo Rosado, Abade de Santiago da Cidade, desta Cidade, para que ele e seus sucessores, no dia 1 de Agosto, lhe fizessem sobre sua sepultura um Aniversário de três lições e Missa Cantada. Foi registado este Legado no Livro deles, no Ofício dos Resíduos de Manuel da Gram, ano de 1583, fol. 138.

Mudou-se este aniversário para uma Missa Cantada por consentimento do Instituidor e do Abade de Santiago e que este pagassem cem réis annos à Confraria do Santíssimo Sacramento da Sé; e consta o expellido do Livro que foi dos Capítulos de Visita da Igreja de Santiago, que também serve de registo das capelas, que teve princípio em 29 de Agosto de 1586, a fol. 39. Paga hoje esta pensão Ângela Maria, moradora no Campo da Vinha, Irmã do Padre Francisco José Vieira, já defunto.

Acabou finalmente o Doutor João Afonso de Beja carregado de Benefícios e muito mais de merecimentos aos 15 de Agosto de 1585 quando contava 75 anos de idade, fazendo-nos a morte a injúria de secar aquela pena em que nos roubou a melhor Literatura; mas respeitando a sua lembrança continuada nos melhores votos daquele século em que ele viveu enobrecido, sendo mais durável em todo ele o funeral das saudades em que durará sempre a sua memória.

Jaz sepultado na ermida onde perpetuamente os Vigários de Santiago, no 1.º de Agosto, cantam Missa oficiada com Diácono e Subdiácono e mais pessoas pela sua alma e de seu Pai e Mãe e do Arcebispo D. Manuel de Sousa e do Bispo do Algarve D. Fernando Coutinho e do Bispo de Ceuta D. Gomes de Oliva Castro e pela alma do Licenciado André Gil, Cidadão de Lisboa dos quais tinha recebido mercês e honras.

Teve em Braga por filho espúrio ao Licenciado António Afonso da Gama de quem é descendente Teresa da Gama e Castro, viúva que ficou de Custódio Antunes Simões, Escrivão proprietário do Auditório Eclesiástico, moradora na Cangosta da Palha; e deste matrimónio tem Manuel João da Gama, sargento-mor da vila de Prado e o Padre António da Gama e Castro.

Na mesma sepultura estão enterrados alguns descendentes do Cónego João Afonso, entre os quais é Catarina da Gama, da freguesia de S. João de Souto, que faleceu aos 4 de Setembro de 1706; consta do Livro de Óbitos da mesma freguesia a fol. 22v.º. Vi o Livro dos Termos deste ano e não achei Memória pela qual se falasse neste enterro.

Sendo vivo Custódio Antunes me disse que esta sepultura pertencia à sua mulher e filhos por serem descendentes do Doutor João Afonso e assim por curiosidade entrei a investigar a natureza desta sepultura e fiz o seguinte Discurso e Dissertação, interpondo nela o meu Parecer.

Ainda que seja coisa agradável a cada pessoa ser sepultada em o sepulcro dos seus Maiores, assim como foram enterrados Abraão, José e Jacob com Sara, Rebeca e Lia e dizia Tobias a seu filho = Cum acceperit deus animam meam. Corpus meum sepelies et honorem habebet matri tua omnibus diebus vita ejus et cum pisa completaria tempos suem, sepelies em a justa me in uns sepulcro = Tobias 14; e se é lícito misturar as coisas profanas com as espirituais, Eneias o desejava nestas palavras = O ter quartel que beata que si ante ora patrolhe Tira sub meninos altos contagia opuseres =.

Contudo nem todos têm direito para serem sepultados nos sepulcros gentilícios; porquanto as sepulturas, regularmente falando, são pessoais, hereditárias e familiares. Assim atenta a inscrição copiada o mencionado sepulcro foi só destinado pelo Dr. João Afonso como Padroado para o religioso acto do seu pessoal enterro. O epitáfio e letras da campa assim o testificam: O recíproco = sai, sibi, se = não se pode referir a outra pessoa que não seja o fundador da sepultura. O espírito do letrado e a literal significação das letras gravadas e escritas na campa = sibi ipsi posuit – querem dizer "para si mesmo" ou "só para si" e não para outros descendentes ou herdeiros.

Nestes termos me persuadi que esta sepultura não é familiar ou hereditária por nela se não contemplarem herdeiros e descendentes mas sim um sepulcro

peçoal para nele só ser enterrado o fundador da sepultura. E, ainda, que o letreiro dissesse que era para si os seus descendentes não têm direito para nela serem enterrados por estarem excluídos da agnição e cognição pela mácula da espuridade do Licenciado António Afonso da Gama, filho espúrio do Doutor João Afonso, como já deixamos escrito; e os filhos espúrios carecem do direito do sepulcro de seus Maiores como em termos bem enérgicos o expressa o Doutor Pedro Francisco Tonduto Sanligerio no 2. tomo quaest et resol. benefic. p. 3. quaest. 140 n. 8 nestas literais palavras.

Ad filios autem spurios jus sepulcri non spectare cum sint abomni agnationis et cognationis privilegio exclusi

Ora pois se aos filhos espúrios lhe não pertencer o jus sepulcri sendo as sepulturas familiares ou hereditárias com muito maior razão lhes não compete o direito de serem enterrados em um sepulcro pessoal adquirido pelo fundador = para si só = ou = para si mesmo = como expressam as palavras escritas e esculpidas na indicada campa = sibi ipsi posuit =.

Pelo que sucedendo falecer descendente do Doutor João Afonso se lhe deve fazer exhibir a licença que tem de Direito da sepultura. Bem entendido que esta deve ser autorizada pelo Senhor Ordinário (sob) pena de nulidade como é resolução de Direito, Concílio Bracarense, e autorizado de Doutores alegados na margem da Constituição Bracarense n.º 20 – Constituição. 1 in prime, e o mesmo diz a indicada Constituição por ser sepultura perpétua.

E se os determinados descendentes replicaram que têm direito quesito pelo curso de dez anos e pelo enterro e ilação dos cadáveres dos seus Maiores se lhe pode responder que o direito de sepultura se diz quesito e por tal se prova ser comum da família pela inspecção das letras gravadas na sepultura que demonstram ser ela pertencente às pessoas que tem escrito no letreiro = cum imprimi non potuerint nisi de volumptate Praelati aecclesiae, cui spectat cura hujusmodi = com diz Ferrar. Vervo sepultura n.º 162.

E como nas letras do Epitáfio se não contemplam herdeiros e descendentes mas só a personalíssima pessoa do Doutor João Afonso nenhum direito adquirido podem ter seus descendentes para serem enterrados na sepultura. E ainda finalmente outra vez concedido que a sepultura fosse gentilica = pro se

et descendentibus = não basta que os Pretendentes digam que são de agnição mas é preciso que mostrem ser de agnição efectiva; e a razão é porque todas as vezes que o termo se qualifica na disposição não basta mostrá-lo in abstracto mas deve-se provar o concurso do termo qualificante pois de outra sorte alteraria a disposição do fundador Spenc. d. 88. n.º 6. Ora se isto procede no sepulcro Maiorum com muita razão deve proceder no Padroado de uma sepultura pessoal.

Conhecendo os moradores de Braga os benefícios que haviam alcançado contra o mal da peste que havia feito este Reino em o dia 1 de Maio de 1585 estabeleceram uma nova e bem ordenada sociedade dedicada a S. Sebastião situada na sua Ermida no Monte, junto e fora dos muros da Cidade a fim de gozarem para o tempo futuro as felicidades da pátria e nunca mais experimentarem os estragos fatais da peste.

No tempo que foi instituída esta Corporação estava sentado na Cadeira Pontifícia o Santíssimo Papa Gregório XIII, o Ilustríssimo Senhor D. João Afonso de Meneses apascentava o rebanho Bracarense e governava este reino D. Filipe II de Castela e o primeiro intruso em Portugal.

Os nomes dos pios e devotos fundadores desta Sociedade os não acho escritos nos Estatutos; e se nos antigos, do ano de 1612, diz na primeira folha in fin. as seguintes palavras:

Lembrados os moradores desta Cidade de Braga muitos dos nobres com os espingardeiros e muito donas e senhoras das muitas mercês e singulares benefícios, etc.

E na petição feita ao Ilustríssimo Arcebispo D. Rodrigo da Cunha para confirmar e autorizar os ditos Estatutos se acham escritas as seguintes palavras:

Dizem os juizes, Escrivão e mais Confrades da Confraria do Glorioso Mártir de Cristo S. Sebastião, sita na ermida do Monte, junto e fora dos muros desta cidade.

Como falamos em Espingardeiros devo dizer: Primo, que por espingardeiros entendo os artifices embandeirados no Officio mecânico dos que fazem espingardas

e outras armas de fogo. Secundo (sic) dos Espingardeiros privilegiados que tem seu Anadel que responde a Capitão, como se pode ver em Bluteau verbo = Anadel = e se diz = Anadel dos Espingardeiros = E no Livro dos Acórdãos do Senado da Câmara de Braga do ano de 1591: a fol. 26 se acha registado o privilégio dos Espingardeiros que eram 25 para acompanharem as procissões da Câmara com seu Anadel. No tempo que escrevo estas memórias não há em Braga estes privilegiados dos Espingardeiros, ou Besteiros, mas em Barcelos vão nas procissões os Espingardeiros, ou Besteiros com espingardas, dois ao lado de cada cruz. Assim como o Sento da Câmara foi o Padroeiro da Capela de S. Sebastião e os 25 Espingardeiros com o seu Anadel acompanhavam as procissões da Câmara e esta sempre fez a procissão à sua capela e para mim é mais verosímil que estes 25 privilegiados chamados = Espingardeiros = sejam as pessoas de que fala o Estatuto e não os Artistas e Oficiais mecânicos da arte fabril que fazem espingardas e mais armas de boca. O Regimento dos Anadeis mores dos Espingardeiros é de El Rei D. João III em 1524. Veja-se Geografia do Lima, tomo 1, fol. 332 e seg.

O dia 20 de Janeiro consagrado a S. Sebastião é festejado na sua Capela em que vai o Ilustríssimo Cabido em procissão celebrar a Missa Cantada com Sermão da Tábua, ou Pauta da Sé, a que assistem os colegiais do Seminário de S. Pedro do Campo da Vinha e os regedores do Senado da Câmara com suas insígnias em que pegam nas varas do pátio Nobres Cidadãos. Concorre muito povo a fazer rogativas ao Santo e desde o tempo da gloriosa posse que o Sereníssimo Senhor D. Gaspar pessoalmente tomou desta Cidade e Arcebispo Primaz das Espanhas a quem

*vivere fata sinant tibi; princeps, Nestoris annos
sic populo evenient omnis fausta tuo*

Sempre na tarde da festividade deste dia vai fazer Oração à Capela do nosso Glorioso Santo e lhe deixa a esmola anual de 6\$400 réis.

Nos estatutos da Confraria do ano de 1612, no título da festa de S. Sebastião se vê que o Reverendo Cabido vinha já naquele tempo em procissão à ermida de S. Sebastião no dia da sua festividade. Em um prazo que o Senado da Câmara fez de umas casas em que actualmente moram neste ano de 1786 os filhos de Manuel da Costa e Vasconcelos, sitas no campo de S. Sebastião,

junto à porta de N.º S.º da Ajuda, sei eu que os seus antecessores haviam a obrigação de mandarem pôr os bancos na Ermida para o Cabido e a Câmara se assentarem no dia da sua festividade.

Em os primitivos tempos desta Venerável Sociedade, congregados os seus Confrades em procissão, visitavam duas vezes no ano as sagradas Imagens do Divino Espírito Santo do Monte e de N.º S.º da Consolação até que o ilustríssimo D. Frei Agostinho de Castro comutou estas duas romarias mandando que no dia de S. Lourenço, antigo Advogado do mal contagioso da Gafaria – que estava junto à Ermida do nosso Santo – se lhe fizesse, antes de nado o sol, uma soleníssima procissão com a relíquia e Imagem de S. Sebastião, como os Israelitas com a Arca Santa cercando a Cidade para que lhe servisse de muro de bronze contra a peste, febres malignas e Epidémicas; e recolhendo-se à sua Capela se festeja com missa cantada e sermão. No cerco desta procissão vão todas as confrarias desta cidade rogadas pelo Mordomos desta Confraria. Consta esta Comutação do Estatuto antigo de 1612, no título da Procissão que há de fazer a Confraria e em todos os mais estatutos modernos.

Tanto que foi instituída a Confraria de S. Sebastião, logo no ano de 1588, seus primeiros Confrades ordenaram Estatutos para se regerem e governarem. Estes estatutos os não vi. No ano de 1611 fizeram novos Estatutos para dirigirem seus negócios os quais, passados alguns anos, foram confirmados pelo Ex.^{mo} Arcebispo D. Rodrigo da Cunha, como tudo e claramente consta dos mesmos Estatutos.

A antiga Ermida de S. Sebastião, segundo a lembrança dos mais velhos habitantes, teve a frontaria e porta principal coberta com seu Alpendre para a banda do mar, sacristia e porta travessa para um dos lados colaterais: as duas últimas partes a confirmam o que se expressa no termo de 29 de Janeiro de 1696, no Liv. deles n.º 9; e a Capela deles estava para a parte do Oriente.

Nesta antiga Ermida foi sempre Venerado o nosso Glorioso Mártir até que a Ermida se foi arruinando e por nela se não celebrarem os Offícios Divinos fez a Mesa no ano de 1712 súplica para se mudarem para a Igreja [do] Mártir de Santiago, para nela fazerem as suas funções e celebrarem as suas Missas. Assim consta do Liv. N.º 28, do livro 2.º, feito em 1765, N.º 6, fol. 6.

Vendo o Ilustríssimo D. Rodrigo de Moura Teles, Arcebispo de Braga, o indovoto (sic) descuido com que os Regedores do Senado da Câmara, Padroeiros desta Ermida se haviam na sua reedificação, no mesmo sítio em que esteve a Capela antiga lhe mandou erigir uma nova Capela em que hoje se adora a devota Imagem do nosso Santo com a porta principal para o Oriente.

Demolida a capela antiga determinou-se o dia de aplicar a primeira mão à obra, que foi aos 16 de Novembro de 1715, em que se lançou a primeira pedra fundamental deste Santo edificio, na presença do Ilustríssimo Sr. Arcebispo. Foi geral a demonstração do gosto de numerosos e graves assistentes, assim das Religiões como da Nobreza. Lançada a primeira pedra começou a crescer o edificio para memória perdurável da sua devoção e se concluiu aos 18 de Janeiro de 1717. Em uma cópia manuscrita dos gastos das obras que este Insigne Prelado mandou fazer achei que despendera nesta Capela a quantia de dois contos e duzentos mil réis (2.200\$000).

Aos 19 de Janeiro do mesmo ano foi o devoto Prelado de madrugada benzer a Capela e logo celebrou a primeira Missa e imediatamente se fez uma solene procissão em a qual se conduziu o Glorioso Mártir S. Sebastião da Paroquial Igreja do Apóstolo das Espanhas ao seu reedificado templo. Ia a procissão composta com várias festivas danças entrechaçadas (sic) com cinco andores em que iam a Senhora do Bom Despacho, S. Lourenço, S. Rodrigo, S. Brás e no último S. Sebastião, seguindo-se o Ilustríssimo Cabido e logo o Senhor Arcebispo Primaz debaixo de um rico pálio com o santo pequeno nas mãos. Acompanhava este solene acto muito concurso de povo; e assim se restituiu ao seu novo domicílio.

No dia 20 veio da Sé o Ilustríssimo Arcebispo vestido de Pontifical, precedido do seu Cabido e celebrou pontificalmente na nova Capela, ficando Juiz perpétuo desta Confraria. A formalidade desta procissão a extrai do termo de 25 de Janeiro de 1717, a fol. 27, do Livro deles N.º 9.

Nesta pequena, mas bem engraçada, Capela se vê na tribuna do altar-mor um quadro de S. Sebastião que pode servir de original para dele se extraírem cópias. É obra bem feita pelo insigne pintor José Lopes, natural desta cidade. Foi mandado fazer pelo termo de 2 de Julho de 1731 e custou quarenta mil réis, que foram do produto de um baile que tomaram seus devotos. Consta do mesmo livro de termos a fol. 58v.º, N.º 9.

Tem dois altares travessos, ou colaterais. No da parte do Evangelho se venera a Sagrada Imagem de N. S. do Bom Despacho, com seu menino nos braços. Esta imagem é da confraria de S. Sebastião. Veja-se o termo de 10 de Julho de 1718, a fol. 30. Tem coroa, resplendor e pena, tudo de prata, que pertence à nossa Confraria. Veja-se, também, o Inventário, N.º 9, do ano de 1692, a fol.⁵¹ e no ano de 1695, no mesmo Livro a fol. 6 em que diz está em poder dos Mordomos de N. S. do Bom Despacho. A licença que a nossa Confraria concedeu aos Devotos de N. S. para venerarem esta Imagem se veja no termo de 15 de Abril de 1608, no Livro deles a fol. 14.

Hoje é Confraria com Estatutos aprovados no ano de 1709. Os Officiais da Confraria de N. S. do Bom Despacho meteram um caixão dentro da Capela de S. Sebastião sem preceder Licença da Confraria do nosso Santo; e tendo notícia a Mesa deste facto o mandou expulsar fora. Consta a fol. 20 do livro de termos de 1757. Os Administradores da Santa Virgem fizeram petição ao Exmo. D. Frei Aleixo de Miranda Henriques, Governador, deste Arcebispado e este mandou outra vez introduzir o caixão; mas replicando-lhe a nossa Confraria o mandou outra vez expulsar para fora; consta do Livro de Termos do dito ano a fol. 21, et seguintes Porém, ultimamente por Decreto do Senhor D. Gaspar se tornou a mandar repor, como consta do termo de 23 de Janeiro de 1761, no Livro N.º 28, Liv. 2, no n.º 1, fol. 1, se acha uma plena e individual notícia deste facto e dos requerimentos e Decretos que houveram neste particular. Como o meu fim é ser imparcial, e escrever Memórias com verdade para não falhar a ela não omito a narração destes factos ainda que a nossa Confraria não ficasse vencedora atendendo ao que diz S. Agostinho livro De Lib. arbitrio = si de veritate scandalum sumitur, utilius permittitur nasci scandalum, quam veritas relinquatur =.

Em o ano de 1781 fizeram os Confrades de N. S. súplica à Mesa para se unirem à nossa sociedade e por parte do nosso Santo se elegeram aos Reverendos Doutores José de Araújo e Faria e Manuel José da Silva Tadim e outros para assistirem às conferências desta União, como consta do Livro dos termos do ano de 1781: a fol.⁵². Fizeram-se algumas sessões de que não resultou efeito de concordância. No altar da parte da Epístola se veneram as imagens de S. Brás e S. Rodrigo.

De fora da capela, no seu frontispício, se vê a imagem de pedra de S. Sebastião. E nas costas da sacristia, da parte de fora, está colocada a devora Imagem de N. S. da Esperança, metida em um nicho e por baixo tem escrito na pedra = Ano de 1716 =. Os seus devotos lhe fazem sua festividade dentro da capela, com Licença da Confraria, como se pode ver nas Licenças postas no Livro N. 28, N. 10, fol. 10.

Não se contentou o Ilustríssimo Arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles de restaurar a nova Capela do Glorioso Mártir S. Sebastião, mas também com dez mil réis de renda anua, paga por seus herdeiros, que se deixou de pagar desde o tempo da Lei que aboliu os Legados. E também na entrada da capela lhe mandou o mesmo Prelado plantar quatro carreiras de olmos, ou choupos, postos à corda, que ainda hoje existem e lhes mandou fazer o paredão para a parte dos muros da cidade.

Pelos tempos futuros se foram arruinando os tectos da Capela, de sorte que chovia dentro da Igreja; e como os Regedores do Senado da Câmara eram os Administradores e Padroeiros da Ermida lhe suplicaram para que a mandasse reparar, como era obrigada. Estes Requerimentos estão encadernados em um livro marcado com o N.º 28, N. 4, fol. 4; e aos 9 de Fevereiro de 1745 pôs esta Confraria no juízo da Ouvidoria demanda contra o Senado da Câmara para lhe pagar os Consertos; e, passados alguns anos, desistiu o Senado do domínio e Padroado da capela a favor da Confraria e se julgou por termo de desistência de que foi escrivão no tempo da mesma desistência Luís Pinto Teixeira e foi a sentença assinada pelo Doutor Luís Rodrigues Passos, sendo Ouvidor de Braga.

Para renderem na presença do Glorioso Santo os mais reverentes cultos e as mais afectuosas adorações a fim de afervorar aos devotos Bracarenses na pia a louvável devoção do nosso Invicto Mártir em demonstração desta Augusta Cidade ser guardada do contagioso mal da peste Ordenaram os nossos antigos que se fizesse um rolo com que se mediu a circunferência dos muros, o qual de tempo imemorial arde nesta Capela nas Missas Conventuais, digo, dos dias festivos santificados a Deus e nas Novenas e dias de S. Sebastião e S. Lourenço. Deste rolo achei Memória no antigo Estatuto do ano de 1612, mas não pude averiguar o ano em que se mediu esta Cidade com o rolo que acabou de arder nesta Capela até o ano de 1762.

Entrando o ano de 1763 em que se extinguiu o rolo que ardia na capela e extinguindo-se também repentinamente as vidas de muitas pessoas por causa de uma Contagiosa Epidémica que grassou nesta cidade e seus subúrbios. Para aplacar este contagioso mal renovou a Confraria mil quinhentas e vinte e sete varas de rolo (que é a medida da circunferência dos muros for fora da cidade) e o conduziram à presença do Senhor D. Gaspar que o benzeu na sua Capela; e com ele se fez uma soleníssima festividade e pomposa Procissão do Cerco do rolo, que fará o seu dia sempre digno de gostosa memória. A sua festividade é a seguinte:

Armada a capela com ricos ornatos e custosas tapeçarias na tarde do dia 23 de Abril de mil setecentos e sessenta e três se cantaram vésperas, que capitulou o Reverendo Cónego João Lopes, com o Santíssimo exposto; e de noite se iluminou a frontaria da capela e terreiro do campo com inumeráveis luzes e fogueiras. No seguinte dia se expôs patente o santíssimo sacramento e se oficiou Missa cantada pelo mesmo Reverendo Cónego Capitular desta Cidade e de manhã pregou Manuel António de Faria, Presbítero secular, natural de Braga.

De tarde, depois de um Moteto, que cantou a Música, recitou fora da Capela Uma excelente Oração o Reverendo Padre Mestre Frei Pedro de Barcelos, Religioso de S. Francisco, da Província da Soledade e conventual do Convento de S. Frutuoso. Concluído o Sermão na chegada de S. A. se cantaram segundos Motetos e se deu princípio à Soleníssima procissão do rolo pelo seguinte modo. Iam diante muitos clarins, tambores e mais instrumentos com todas as Irmandades e Confrarias com vários andores adereçados com decência e custo e eram os seguintes: O andor de N. S. das Angústias de Santa Cruz, o de N. S. da Torre do Colégio, o de S. Lourenço, S. Brás, S. Rodrigo, N. S. do Bom Despacho e o de S. Sebastião em cima de uma grande pirâmide de rolo ricamente armado. Seguiam-se as corporações do Clero regular e Secular, O Ilustríssimo Cabido debaixo da sua Cruz e o Cónego João Lopes levava o Santíssimo debaixo de um rico pálio a que pegavam Nobres Cidadãos. Coroava este pomposo triunfo o Senhor D. Gaspar que ia atrás do pálio com uma tocha edificando aos seus súbditos com a sua exemplar devoção acompanhado da sua nobre, numerosa e luzidia família e da mais Ilustre nobreza da Cidade.

Girou esta procissão do triunfo do Cerco do rolo pelo Campo de S. Sebastião,

rua dos Biscainhos, Campo da Vinha, Fonte da Cárcova, Alpendres, rua de S. Marcos, rua do Anjo, Campo de Santiago, rua do Alcaide e se recolheu na sua capela estando adornadas as casas das ruas por onde passou a Procissão. Do majestoso Aparato se dá uma plena e individual notícia no Estatuto moderno do ano de 1768, a fol. 69 e no livro de termos do ano de 1763, a fol. 98v, onde nada falta que desejar.

Depois de expressar um tão majestoso Triunfo do Cerco do rolo me vejo necessitado a escrever espantosas calamidades de fomes e de doenças malignas que passaram nesta Província. A continuação das chuvas perniciosas aos campos e às colheitas de todos os frutos fizeram que no ano de mil setecentos e sessenta e nove a penúria dos víveres subisse a um grau de carestia que logo no seu princípio se avizinhou a uma fome; e assim sucedeu porque pelo decurso do tempo chegou a valer o centeio a \$800 réis e o milhão a \$700 réis. Com este motivo se lançou a pedir, assim da Cidade como das Aldeias; e de tal sorte apertou a falta de frutos que pelas ruas se viam indivíduos consumidos da fome. Nas casas dos Padeiros eram contínuos os alaridos para comprarem pão que só a poder de empenhos se vendia. De Barroso desciam muitos Paisanos a pedirem com empenhos lhes vendessem um alqueire de milho para não morrerem de fome. Em uma palavra as misérias de Braga não podem explicar-se com outras vozes com que lamentou Jeremias as da Palestina no tempo do cativo Babilónico = Omnis populus ejus gemens et quaerens panem = que se não via senão gente que em lágrimas e gemidos buscava pão para seu sustento. E pelas ruas de Braga, no ano da fome de 1769, se não viam senão denegridos e áridos esqueletos que só nos suspiros com que explicavam as suas necessidades davam sinais de viventes = Denigrata este super carbones facies eorum et non sunt comiti inplateis adhoesit cutis eorum ofibus, aruit et facta est quasi lignum.

Porém, pela misericórdia do Senhor o Céu que decretou o dano dispôs por outra parte o consolo dando-nos na Real pessoa do Senhor D. Gaspar um Anjo Tutelar em cujo Real e Magnânimo coração reina o Paternal affecto para com seus súbditos olhando-os como a filhos e, enfim, em quem resplandecem tantas virtudes em sua alma generosa e compassiva que deram motivo a que o seu heróico Espírito sempre Pio, Augusto e Providente mandou conduzir do Norte e das Marinhas quantidade de pão de que fez um celeiro no Colégio dos

ex-Jesuítas que se repartia ao povo por módico preço, tudo a fim de remediar a carestia do alimento da primeira necessidade; e para consolar o seu povo fez o mesmo Senhor outras disposições cheias da sua natural Piedade. Igualmente se opôs contra os Monopolistas que aumentavam a fome para nutrirem à custa dos pobres a sua insaciável cobiça mandando fazer correição pelas casas dos celeiros fazendo-lhe vender pela taxa do desnecessário.

Após as fomes se seguiram no ano de 1770 enfermidades de febres malignas das quais morreu muita gente. Vendo os moradores de Braga o perigo em que se achavam de instantaneamente serem vítimas da morte viviam todos cercados de angústias e de aflições. No Hospital de S. Marcos, depois de estarem atulhados os Dormitórios fizeram um novo Hospital nas Aulas dos Estudos do Pátio que foi dos Ex-Jesuítas, administrado, também, pela casa da Misericórdia; e alguns que morriam os enterravam no Quintal da Horta do mesmo Pátio que fica por detrás da Aula que foi do segundo curso e confina com o muro da Cidade.

Para tranquilizar os habitantes de Braga mandou o Senhor D. Gaspar que fosse conduzida para a Catedral a devota Imagem de S. Sebastião das Carvalhas e com ela se fizesse uma devota procissão como um seguro recurso em que sempre se fundou a nossa esperança de termos por sua intercessão o Céu propício nas pestes e febres malignas.

Esta pia e devota procissão se fez na tarde do dia vinte e oito de Janeiro de mil setecentos e setenta e na véspera à noite foi conduzido o nosso Glorioso Mártir S. Sebastião em um riquíssimo andor para a Sé associado com os Irmãos da Mesa da sua Confraria. Na tarde do mencionado dia, antes da procissão, houve uma doura Oração e Sermão exortativo que pregou o Padre F. Elias⁵³ Religioso de N. S. do Carmo. A esmola do sermão e despesa do andor do nosso Santo se dá em despesa no Livro dela a fol. 77v.^o, mandada fazer em mesa pelo Livro de Termos do ano de 1770, a fol. 18, verso.

Nesta procissão foram as Irmandades, Confrarias, Clero e Cabido com o Santíssimo Sacramento e atrás do pálio ia o Senhor D. Gaspar. A procissão saiu da Sé com o nosso Santo e foi pela rua dos Açougues Velhos, rua Nova abaixo, Porta Nova, Carvalheiras de S. Sebastião, campo de Santiago, rua do Anjo, rua de S. Marcos, Alpendres do campo de S. Ana, Fonte da Cárcova, campo da Vinha, Biscainhos, rua Nova e se recolheu outra vez à Sé.

Desceram-se as devotas imagens do Bom Jesus do Monte que veio para a Igreja de S. Vítor e a Madalena Santa esteve em S. Vicente e a sagrada Imagem do Senhor da Agonia e aos 12 de Maio mandou S. A. a todas as Irmandades e Confrarias fizessem procissões de preces a S. Vítor onde estava a devota Imagem do Bom Jesus do Monte ou à Capela do N. Glorioso S. Sebastião das Carvalhas cantando ladainhas; e no mesmo dia 12 de Maio se principiaram a fazer rogativas de Novenas na nossa Capela de S. Sebastião e a S. Roque do campo dos Touros e se ordenaram preces públicas nas Igrejas do costume de Braga.

Na mortandade deste contágio as Mães choravam seus filhos, as Esposas seus Maridos, e a Pátria seus Cidadãos e cada um sentia ver-se já vítima da morte que a não serem os Socorros Divinos alcançados por intercessão de nosso Invicto Mártir teriam perecido todos os habitantes de Braga. Averiguou-se que neste contágio Epidémico que perderam a vida nas freguesias desta cidade e no Hospital de S. Marcos, neste ano de 1770 mil duzentos e trinta pessoas. E para se acudir às doenças das pessoas pobres e recolhidas mandou D. Gaspar ao Reverendo Desembargador Juiz dos Resíduos que as Corporações das Irmandades e Confrarias concorressem com certas quotas de dinheiro para o seu curativo.

Com o motivo de se não pagar o Legado dos 10\$000 réis annos que deixou o Illustríssimo D. Rodrigo de Moura Teles à Confraria e pela despesa ser maior do que o recibo para acautelar uma total ruína da Confraria se deu a providência económica de que se diminuíssem às Missas dos Irmãos falecidos os quais tinham sessenta Missas e se lhe mandou dizer cinquenta por cada confrade falecido. Igualmente se diminuiram algumas Missas do Aniversário. E também nas Eleições se determinou que se não elegessem para Officiais de Mesa senão as pessoas confrades, a quem a Confraria pagaria os seus gastos, tudo a fim de por este meio se restabelecer a Confraria; e assim se observa até ao presente ano de mil setecentos e oitenta e seis em que, por devoção a S. Sebastião, escrevo estas Memórias.

Ultimamente. Havendo-se principiado a arruinar a Igreja Matriz de Santiago da Cidade e por este motivo no mês de Agosto de mil setecentos e oitenta e três se transferiu o Sacramento e Imagens para a nossa capela de S. Sebastião. E

neste mesmo mês se principiou a trabalhar na nova Igreja Matriz de Santiago e ainda no mês de Julho do ano de mil setecentos e oitenta e seis se não concluiu este novo edificio da Igreja Matriz de Santiago.

Acabou-se de pedraria a nova Igreja matriz de Santiago no fim do ano de 1786 e aos 27 de Março de 1787 se benzeu a nova igreja e a benzeu o Reverendo Manuel de Oliveira Vale, Cónego na Sé de Braga e neste dia de 27 foi o Sagrado Lausperene para ela; e desde o mês de Agosto de mil setecentos e oitenta e três até o mês de Março de 1787 esteve o Santíssimo em a Capela de S. Sebastião e o Reverendo Vigário fazia os seus Officios Pastorais nesta Capela.

Notas

¹ ADB. Registo Geral, vol. 141, fól. 137v.

² O Dr. Manuel Braga da Cruz, anterior proprietário do *Diário...* permitiu que fossem feitas cópias para o Arquivo Distrital de Braga e para particulares; o outro manuscrito pode ser consultado na Secção de Reservados da Biblioteca Nacional (Códice 682), mas há também fotocópias integrais em várias bibliotecas particulares bracarenses.

³ Manuscrito no 787.

⁴ PEIXOTO, Inácio José – *Memórias particulares...* Braga, Arquivo Distrital, 1992.

⁵ FREITAS, Bernardino de Sena – *Memórias de Braga*. 5 vols. Braga, Imprensa Bracarense, 1880. Deve dizer-se, porém, que estas memórias são uma publicação póstuma devida à lavra de Pereira Caldas. Só é de lamentar que não tenha havido o menor cuidado em organizar os volumes pois não têm qualquer nexo plausível.

⁶ Belino cita-o expressamente na sua obra *Inscrições e letreiros da cidade de Braga e algumas freguezias rurais*. Porto, Typ. Occidental, 1895, pp. 131-133.

⁷ Para além da obra já citada veja-se também o manuscrito *Várias memórias antigas tiradas das reflectoens, e Memórias que se fizeram no anno de 1801 para a Reforma do Brebiario Bracarense...* (ADB. Ms. 340).

⁸ As procissões do cerco da cidade ou das freguesias, vulgarmente chamadas de "Cerco de S. Sebastião", tiveram uma enorme aceitação das populações, sobretudo nos anos de 1715-1720. Passaram a ser proibidas pelo arcebispo D. José de Moura, que em 19 de Maio de 1859 e 4 de Junho de 1872 emitiu provisões nesse sentido. Mais tarde, em 20 de Julho de 1875, o arcebispo D. João Crisóstomo reeditou essa proibição. (José Augusto FERREIRA – *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga...* vol. 4. Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1934, pp. 191-192).

- ⁹ Capela de S. Sebastião das Carvalheiras. Arquivo da Irmandade de S. Sebastião, vol. 66. *Termos da Mesa*, 1768-1808, fls. 99-99v.
- ¹⁰ Capela de S. Sebastião das Carvalheiras. Arquivo da Irmandade de S. Sebastião, vol. 66. *Termos da Mesa*, 1768-1808, fls. 107v-108v. Acta da reunião de 7 de Janeiro de 1788.
- ¹¹ Capela de S. Sebastião das Carvalheiras. Arquivo da Irmandade de S. Sebastião, vol. 66. *Termos da Mesa*, 1768-1808, fls. 113.
- ¹² *Memorial das obras D. Diogo de Sousa*. A.D.B., Registo Geral, Vol. 330, fls. 316-334v.
- ¹³ Capela de S. Sebastião das Carvalheiras. Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. *Livro da Confraria do Mártir S. Sebastião no qual estão assentados os confrades e se fez no ano de 1616*, fol. 4v-7v. Por razões que não entendemos, Thadim diz que os estatutos datam de 1612. Refira-se que Thadim já não viu os estatutos de 1585. Terão sido elaborados?
- ¹⁴ ADB. Registo Geral, vol. 117, fól. 29v-32v.
- ¹⁵ ADB. Registo Geral, vol. 72, fól. 272v-273.
- ¹⁶ Capela de S. Sebastião das Carvalheiras. Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. *Estatutos de N.ª S.ª da Ajuda e S. Sebastião das Carvalheiras...* 1826.
- ¹⁷ ADB. Tabeliães Públicos de Braga 1.ª Série, vol. 109, fls. 136v-138. O facto de o contrato tabeliônico ter sido lavrado neste dia, não quer dizer, porém, que a obra tenha começado de imediato. Em geral, há algum tempo de diferença entre esses dois momentos; como veremos, no caso desta capela a primeira pedra só seria lançada em Outubro.
- ¹⁸ ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 552, fól. 91v-.
- ¹⁹ ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 552, fol. 183-; ROCHA, pp. 183-183v.
- ²⁰ ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 554, fol. 158v-; ROCHA, pp.158v-159.
- ²¹ ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 554, fls. 66-; ROCHA, p. 201. Estas frestas foram retiradas durante o restauro dos Monumentos Nacionais.
- ²² ADB. Tabeliães Públicos de Braga 1.ª Série, vol. 109, fls. 140.
- ²³ ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 555, fol. 80-; ROCHA, p. 142.
- ²⁴ ADB. Nota Geral, 1.ª Série, vol 555, fls. 178-178v; ROCHA, 1993, p. 152.
- ²⁵ ADB. Nota do Tabelião Geral, vol. 558, fls. 67-.
- ²⁶ THADIM, Manuel José da Silva *Diário bracarense...* ADB, Ms. 1054, fol. 88.
- ²⁷ THADIM, Manuel José da Silva *Diário bracarense...* ADB, Ms. 1054, fol. 89.
- ²⁸ ADB. Monástico Conventual. Convento da Penha (Braga). F 129.
- ²⁹ Capela de S. Sebastião. Arquivo da Irmandade de S. Sebastião, vol. 62, fls. 27-28.
- ³⁰ Veja-se a acta da sessão da mesa de 5 de Dezembro de 1716:
Termo das obras que se hão-de fazer à custa desta confraria.
... resolveram que para a nova capela se ornar para maior zelo e serviço do santo se mandassem fazer as obras seguintes por assim o dispor o Ilmo. Senhor Arcebispo Primaz primeiramente que se mandasse fazer uma vestimenta vermelha de damasco vermelho e outra branca e dois panos para o púlpito de damasco vermelho e outro branco e que se

mandassem fazer dois lampadários de latão e que se comprasse um missal novo e também uma mesa de corporais, boa e que das toalhas que há dos altares se escolhessem algumas para se fazer umas cortinas para o altar do santo e também um pano da estante de damasco que diga com a vestimenta da festa do santo e uma toalha boa com seu rendalho bom para as festas e se escolha uma alva das que há e se lhe ponha o seu rendalho bom para as ocasiões da festa e se compraram duas bolsas para os corporais e véus que forem necessários para o que o tesoureiro dará o dinheiro que for necessário... Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. Confraria de S. Sebastião. Vol. 62, fól 25.

³¹ Refira-se, por exemplo, que na Sé Catedral, depois de a reorganizar totalmente, exigiu que as confrarias mudassem os seus lampadários, obrigando que passassem a ser feitos em prata, banindo assim os existentes que, na sua esmagadora maioria, eram de latão. Veja-se o nosso estudo *A Sé de Braga e Dom Rodrigo de Moura Teles. (1704-1728)*. "Forum", Braga, 19, Jan. 1996, pág. 77-100.

³² Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. Confraria de S. Sebastião. *Livro das contas de S. Sebastião das Carvalheiras desta cidade. Recibo e despesa [1826-1861]: 1831-32. d com a licença na provedoria para se fazerem dois retábulos, dalmáticas... 4\$130 réis d com os rematantes por conta dos retábulos... 9\$600 réis (fol. 15) 1832-33. d com os rematantes do resto do retábulo... 15\$400 réis (fól. 17v) 1833-34. d com os rematantes dos retábulos por conta da arrematação... 10\$640 réis (fól. 21) 1836-37 d com a pintura do retábulo 96\$000 réis (fól. 27).*

³³ Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. Confraria de S. Sebastião. Vol. 62, fól. 43: ... *como também determinaram se mandasse concertar os castiçais velhos e fazer para o altar de S. Rodrigo dois bicheiros de estanho...* (acta da sessão de 11 de Março de 1731). É perfeitamente compreensível a existência de imagens com esta invocação nos diversos edifícios que receberam o mecenato do arcebispo Moura Teles. Em Braga, por exemplo, encontram-se esta imagem na Sé, no Recolhimento das Convertidas e no Convento da Penha.

³⁴ Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. Confraria de S. Sebastião. Vol 64, fól. 110.

³⁵ Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. Confraria de S. Sebastião. Vol. 64, fls. 13-13v, 13v-14, 14v-15, 15v, 16-16v, 20v-21, 23-23v, 26v-27 e 36-36v.

³⁶ Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. Confraria de S. Sebastião. *Termos da Mesa 1808-1850*, fól. 21v e 24.

³⁷ Sobre a construção de uma série de torres em templos situados na área da arquidiocese de Braga veja-se o nosso estudo *A igreja matriz de São Romão de Arões – Fafe*, publicado na colectânea *Riscar em Braga no século XVIII* (Braga, APPACDM Distrital de Braga, 1996), pp. 176-177.

³⁸ Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. Confraria de S. Sebastião. *Termos da Mesa 1768-1808*, fól. 152.

³⁹ Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. Confraria de S. Sebastião. *Termos da Mesa 1768-1808*, fól. 187.

⁴⁰ Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. Confraria de S. Sebastião. *Termos da Mesa 1768-1808*, fól 112v. Em 1826 este oratório foi substituído por outro de ferro e grade de arame: Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. Confraria de S. Sebastião. *Termos da Mesa 1808-1850*, fól. 67.

Na capela de N.ª S.ª de Guadalupe, a imagem que se encontra na fachada ainda está protegida por um vidro.

⁴¹ Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. Confraria de S. Sebastião. Vol. 64, fól. 144.

⁴² Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. Confraria de S. Sebastião. *Termos da Mesa 1862-1898*, fls. 85v-86.

⁴³ Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. Confraria de S. Sebastião. *Termos da Mesa 1862-1898*, fls. 81.

⁴⁴ Arquivo da Irmandade de S. Sebastião. Confraria de S. Sebastião. Vol. 62, fls. 83v-84. Infelizmente já não se conservam estes retratos no espólio da confraria.

⁴⁵ ADB. Nota Geral, 2.ª Série, vol. 125, fls. 144v-147. ADB. Registo Geral, vol. 227, fls. 403 e 411. Esta irmandade esteve durante longos anos sedeadada na Capela de S. Sebastião. Mas um desentendimento grave que teve com a confraria deste santo, levou a que em 1792 se unisse à de N.ª S.ª a Branca: Igreja de N.ª S.ª a Branca. Arquivo da Confraria de N.ª S.ª do Bom Despacho – *Apontamentos para se fazer a Escritura da União da Confraria de N.ª S.ª do Bom Despacho sita na capela de S. Sebastião, desta cidade, à Irmandade de N.ª S.ª a Branca, desta mesma. S/d*

5 de Novembro de 1792 – *Escritura de união da Confraria de N.ª S.ª do Bom Despacho cita na capela de S. Sebastião com a Irmandade de N.ª S.ª a Branca desta cidade.*

⁴⁶ ADB. Tabeliães Públicos de Braga. 2.ª Série, vol. 178, fls. 13-15.

⁴⁷ ADB. Tabeliães Públicos de Braga 2.ª Série, vol. 140, fls. 57-58. Passados oito anos o contrato seria anulado e a confraria de Santo Elói assinaria um novo acordo, desta vez com a irmandade de N.ª S.ª de Guadalupe. Veja-se o nosso estudo *Duas nótuas sobre a organização dos ourives de Braga* inserto na colectânea *Os alvares do rococó em Guimarães e outros estudos sobre o barroco e o rococó do Minho* (Braga, APPACDM Distrital de Braga, 2003, pp. 114-115).

⁴⁸ Arquivo da Capela de S. Miguel o Anjo. Confraria de S. Miguel o Anjo. *Livro segundo donde estão encadernados varios papeis que estão abulsos na secretaria feito em 1765. (Nota – Estes papeis pertencem à confraria de S. Sebastião das Carvalheiras). Pedido de união da Confraria de N.ª S.ª do Ó e S. Miguel o Anjo à confraria de S. Sebastião das Carvalheiras 1754.*

⁴⁹ – Este manuscrito conserva-se na Biblioteca Pública de Braga e provém da biblioteca particular do Dr. Manuel Monteiro (Cota – Sala MM 92¹ A), adquirida em 1956 aos seus descendentes.

Na transcrição desdobramos as abreviaturas e actualizamos a grafia. Colocamos as palavras ou textos latinos em itálico. Mantivemos as maiúsculas, mesmo que não nos parecessem fazer qualquer sentido.

⁵⁰ – O Dr. Manuel Monteiro sublinhou as palavras fosse de natureza de bronze e, à margem, escreveu: *Placa tumular de bronze.*

⁵¹ – Segue-se um espaço branco no texto.

⁵² – Segue-se um espaço branco no texto.

⁵³ – Segue-se um espaço branco no texto.

Bibliografia

Manuscritos

Biblioteca Nacional

Códice 682. THADIM, Manuel José da Silva – *História Ecclesiástica e Política do Paiz Bracharense da Épocha do Século XVIII.*

Arquivo Distrital de Braga

Ms. 340. PEIXOTO, Inácio José – *Várias memórias antigas tiradas das reflexões, e Memórias que se fizeram no anno de 1801 para a Reforma do Brebiario Bracarense...*

MS. 787. THADIM, Manuel José da Silva – *Memórias da capela do Glorioso Mártir S. Sebastião das Carvalhas, protector das epidemias, instituição da sua confraria, e dos principais factos, que nela têm sucedido (cópia do séc. XIX).*

MS. 1054. THADIM, Manuel José da Silva – *Diário bracarense...* (fotocópia).
Monástico Conventual. Convento da Penha (Braga). F 129.

Nota do Tabelaio Geral, vol. 552, 554, 555, 558.

Nota do Tabelaio Geral, 2.ª Série, vol. 125.

Tabelaioes Públicos de Braga 1.ª Série, vol. 109.

Tabelaioes Públicos de Braga 2.ª Série, vol. 140, 178.

Registo Geral, vol. 72, 117, 227, 330.

Capela de S. Sebastião das Carvalheiras

Confraria de N.ª S.ª do Bom Despacho

Apontamentos para se fazer a Escritura da União da Confraria de N.ª S.ª do Bom Despacho sita na capela de S. Sebastião, desta cidade, à Irmandade de N.ª S.ª a Branca, desta mesma. S/d

Escritura de união da Confraria de N.ª S.ª do Bom Despacho cita na capela de S. Sebastião com a Irmandade de N.ª S.ª a Branca desta cidade (5 de Novembro de 1792).

Confraria de S. Sebastião

Estatutos de N.ª S.ª da Ajuda e S. Sebastião das Carvalheiras... 1826.

Livro da Confraria do Mártir S. Sebastião no qual estão assentados os confrades e se fez no ano de 1616.

Livro das contas de S. Sebastião das Carvalheiras desta cidade. Recibo e despesa [1826-1861]:

Vol. 62, 64.

Termos da Mesa 1768-1808.

Termos da Mesa 1808-1850.

Termos da Mesa 1862-1898.

Capela de S. Miguel o Anjo

Confraria de S. Miguel o Anjo

Livro segundo donde estão encadernados varios papeis que estavam abulsos na secretaria feito em 1765.

Pedido de união da Confraria de N.ª S.ª do Ó e S. Miguel o Anjo à confraria de S. Sebastião das Carvalheiras 1754.

Impressos

BELINO, Albano – *Archeologia Christã*. Lisboa, Empresa de História de Portugal, 1900.

BELINO, Albano – *Inscrições e letreiros da cidade de Braga e algumas freguezias rurais*. Porto, Typ. Occidental, 1895.

CAPELA, José Viriato – *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: A construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga, s/e, 2003.

CARDOSO, Luís – *Diccionario Geográfico, ou Notícia Histórica de todas as cidades, vilas e lugares e aldeias, rios e ribeiras e serras dos reynos de Portugal e Algarve...* Lisboa, Na Régia Officina Sylviana e da Academia Real, 1751.

- COSTA, Avelino de Jesus da – *D. Diogo de Sousa. Novo Fundador de Braga e grande Mecenas da Cultura*. In: *Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da dedicação da Catedral*. Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1993, pp. 15-118.
- FERREIRA, José Augusto – *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga...* vol. 4. Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1934.
- FREITAS, Bernardino de Sena – *Memórias de Braga*. 5 vols. Braga, Imprensa Bracarense, 1890.
- MECO, José – *O azulejo em Portugal*. Lisboa, Alfa, 1989.
- NÓBREGA, Vaz Osório da – *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Distrito de Braga*. Vol. 1. Cidade de Braga. Tomo 1. Braga, Junta Distrital, 1971.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Os alvares do rococó em Guimarães e outros estudos sobre o barroco e o rococó do Minho*. Braga, APPACDM Distrital de Braga, 2003.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Arte religiosa e artistas em Braga. 1870-1920*. Braga, APPACDM Distrital de Braga, 1999.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Braga. Percursos e memórias de granito e ouro*. Porto, Campo das Letras, 2000.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Riscar em Braga no século XVIII*, Braga, APPACDM Distrital de Braga, 1996.
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *A Sé de Braga e Dom Rodrigo de Moura Teles. (1704-1728)*. "Forum", Braga, 19, Jan. 1996, pág. 77-100.
- PEIXOTO, Inácio José – *Memórias particulares...* Braga, Arquivo Distrital, 1992.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Arquitectura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII*. Braga, 1994.
- ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Manuel Fernandes da Silva, mestre e arquitecto de Braga: 1693-1751*. Porto, Centro de Estudos D. Domingos Pinho Brandão, 1996.

Capela de S. Sebastião



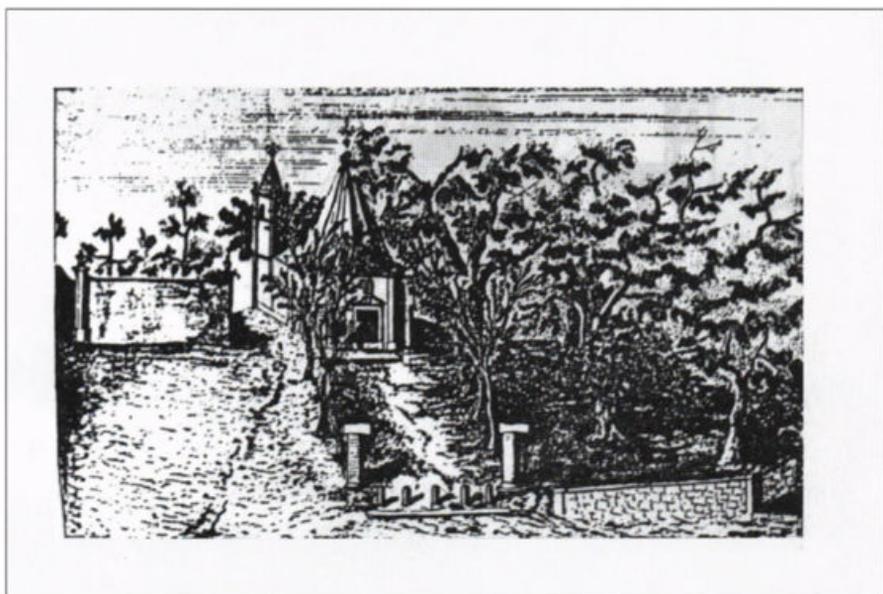
Mapa de Braunio. 1594.



Mapa de André Soares. Biblioteca da Ajuda. 1756?



Capela de S. Sebastião (Homenagem a D. Rodrigo de Moura Teles). Tesouro da Sé. Séc. XVIII.



João Batista Vieira Gomes – Capela de S. Sebastião. 1839.



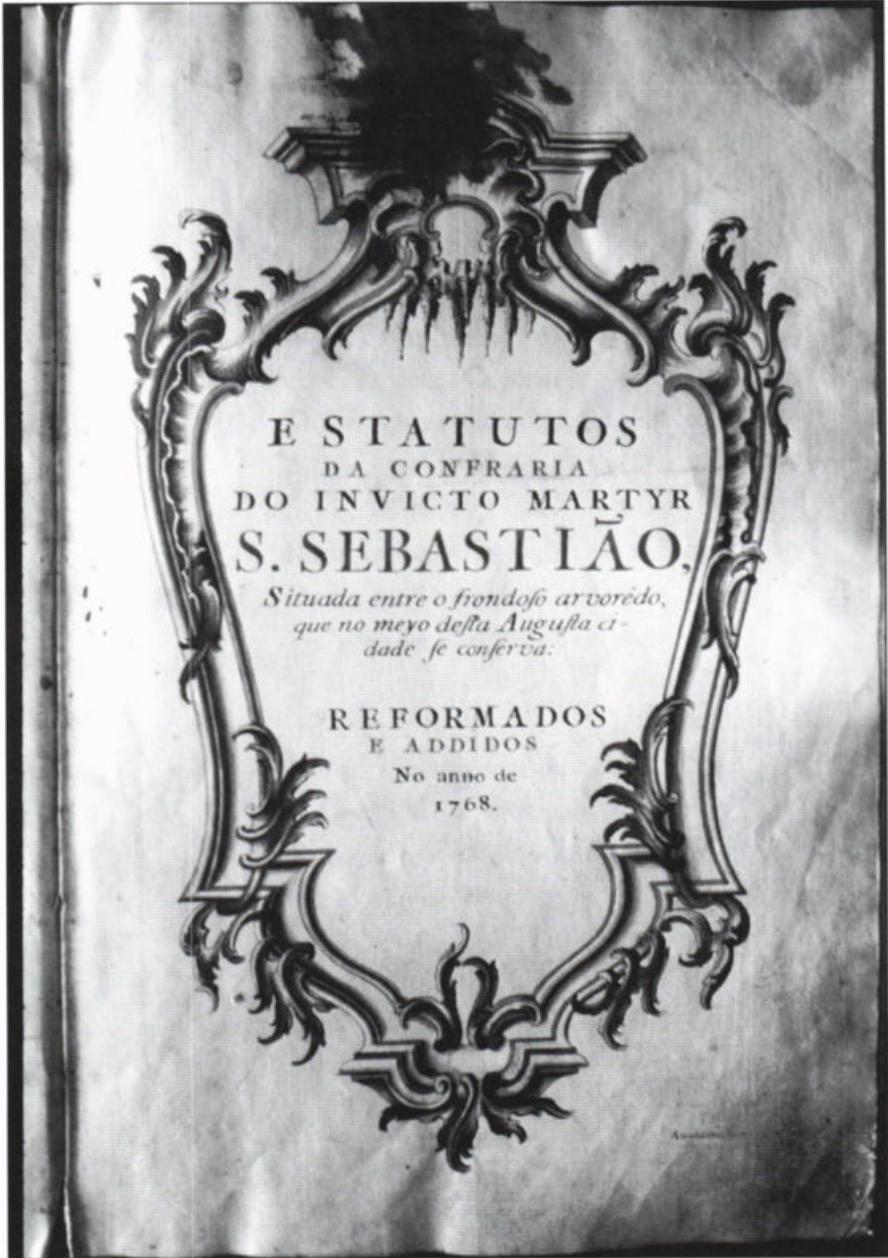
Capela de S. Sebastião. Exterior. (Foto Ricardo Janeiro)



Capela de S. Sebastião. Interior. (Foto Ricardo Janeiro)



Portada dos Estatutos da Confraria de S. Sebastião. 1616. (Foto Ricardo Janeiro)



Carlos Amarante. Portada dos Estatutos da Confraria de S. Sebastião. 1768.
(Foto Ricardo Janeiro)



Inventário da Confraria de S. Sebastião. 1732. (Foto Ricardo Janeiro)